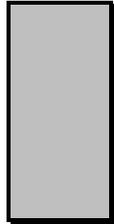


Artigo



INTERFACES DA IMAGÉTICA ARQUITETÔNICA E DA HISTÓRIA. AS PRECURSORAS HABITAÇÕES URBANAS PAULISTAS

Sandra C. A. Pelegrini*

Resumo

As fontes imagéticas como representações do contexto em que emergiram, expressam noções da sociedade do seu tempo, tais como tendências artísticas, visões de mundo, percepções do belo, desejos de seus produtores, entre outros referenciais. Nesse sentido, o estudo acerca da conformação física das moradias urbanas paulistas, no século XIX, torna-se revelador dos sentidos conferidos às edificações e permite aproximações em relação à memória social.

Palavras-chave: história e imagem, memória social, patrimônio histórico.

Abstract

The image sources as representations of the context where they had emerged, express slight knowledge in the society of its time, such as artistic trends, perceptions of the world and of the beauty, desires of its producers, among others. In this direction, the study concerning the physical conformation of the Sao Paulo urban housings, in century XIX, becomes revealing of the conferred directions to the constructions and allows approaches in relation to the social *memory*.

Keywords: history and image, social memory, historic patrimony.

A ampliação do universo documental manifestada na pesquisa histórica nos últimos anos, tornou a fonte imagética muito recorrente e, como tal, vem provocando numerosas celeumas entre historiadores, estudiosos das artes, comunicólogos, entre outros profissionais que trabalham

* Doutora em História Social pela FFLCH/USP. Docente do departamento de História/UEM. *E-mail:* spelegrini@wnet.com.br.

com a problemática da imagem. No campo específico da história, o emprego das representações imagéticas como fontes não pode ser negligenciado ou reduzido à mera ilustração, como têm afirmado os mais renomados especialistas da área. O trato desse material requer o estudo do universo conceitual das artes no qual se inserem, exigindo acuidade do profissional para que ele não venha a incorrer no erro de atribuir às fontes imagéticas qualquer *força messiânica*, nem tampouco colocar toda e qualquer fonte textual sob suspeição. Talvez, nesse caso, o procedimento mais adequado implique uma abordagem cuja essência esteja centrada na tentativa de entender a visualidade como uma das dimensões da própria historicidade, rompendo-se com o evolucionismo dos referenciais plásticos, cristalizados como mitos sacralizadores da arte.

As fontes imagéticas, como representações do contexto em que emergiram, expressam noções arraigadas na sociedade do seu tempo, tais como: tendências artísticas, visões de mundo, percepções do belo, desejos de seus produtores, entre outros referenciais. Considerando-se que seu projeto é muito mais complexo do que se pode observar mediante a análise do conteúdo estético, reconhecemos o quão imperioso se torna enveredar pelo conteúdo objetivo da imagem, expresso nos mais diversos padrões de materialidade e investigar a sua carga subjetiva, mediante a percepção de suas formulações plásticas.

Entendido dessa maneira, o estudo da imagética arquitetônica permite uma aproximação da memória social, trazendo novas luzes à pesquisa no âmbito da história sociocultural. Sem dúvida, a investigação acerca dos projetos construtivos e das técnicas utilizadas na sua execução pode propiciar o contato com valores, hábitos, manifestações religiosas, adaptações ao meio socioambiental, além de diversos outros fatores que caracterizam os bens culturais e o patrimônio histórico de uma sociedade. Esse enfoque torna-se ainda mais relevante quando nos ocupamos das transformações de natureza estética e funcional processadas na arquitetura das habitações brasileiras, no decorrer do século XIX. Como bem o

lembra Sandra J. Pesavento, as imagens urbanas, reconhecidas nas singularidades arquitetônicas, registradas nas fotografias, nos cartazes, nos selos, nas pinturas, nos desenhos ou nas caricaturas, têm “o potencial de remeter (...), tal como a literatura, a um outro tempo”. Dessa maneira, a autora argumenta que o espaço citadino, “na sua materialidade imagética”, *delineia-se como “um dos suportes da memória social da cidade”* (2002, p. 16).

Mas como advertiu Jacques Le Goff, o que sobrevive como memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica. Outrossim, embora a política de preservação dos monumentos históricos não seja o eixo norteador da presente reflexão, quando se toma a arquitetura como objeto de estudo não se pode negligenciar o fato de que a legislação inicialmente ocupada dessa matéria no Brasil alicerçou-se na observância da função social da propriedade,¹ aspecto que, por sua vez, acabou implicando a conservação de bens móveis e imóveis considerados memoráveis para história do país e relegou outros bens culturais ao esquecimento. Tal definição se prestou a justificar, por um lado, a conservação de residências de segmentos dominantes e, de outro, o descaso em relação à preservação de edifícios considerados menos sofisticados e de casas populares, identificados até mesmo como entraves para a modernização (Fenelon, 1992).

Não obstante, a implementação de leis voltadas para a defesa do patrimônio histórico representou um avanço no campo da preservação da memória social do país, no entanto, os fundamentos que informaram essas práticas preservacionistas acabaram provocando a expropriação cultural da maior parcela da população que não se viu reconhecida em

¹ A questão do patrimônio nacional inscreveu-se no princípio constitucional em 1934. A primeira lei nacional de proteção ao patrimônio foi promulgada por meio do Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.

obras suntuosas como solares, casarões, igrejas, câmaras municipais, fortificações, entre outros edifícios (Brescianni, 1984/85).

A conjugação entre as atividades turísticas e a reabilitação de centros históricos de diversos países do mundo tem resultado, no entanto, em experiências positivas no sentido da promoção do desenvolvimento sustentável. A implementação de políticas públicas no campo do turismo e da restauração do patrimônio cultural tem se tornado uma estratégia salutar para garantir não só a preservação de monumentos e conjuntos urbanos, mas, principalmente, para afiançar a sustentabilidade dos centros históricos. A integração simultânea dessas duas áreas, além de conquistar a admiração de turistas estrangeiros e nacionais, contribui para reafirmar códigos visuais caros às identidades cívicas e patrióticas dos seus respectivos países. Além disso, a adequada restauração desses centros acaba integrando a população residente ao “legado vivo” da história do seu país, da sua cidade ou região.

Nesse sentido, não se pode ignorar também que o desenvolvimento sustentável urbano impõe uma visão global de desenvolvimento socioeconômico e ecológico na sua diversidade físico-ambiental, e também o respeito à população local. Cabe, portanto, aos poderes públicos e aos cidadãos fomentarem estratégias de intervenção, pautadas por parâmetros da conservação urbana integrada que contemplem os aspectos: histórico, cultural, social, físico e econômico (Arantes, 1999). Dessa maneira, os processos de reabilitação tendem a articular as questões ambientais às diversas políticas setoriais urbanas referentes à energia, habitação, transporte, entre outras (Jokilhto, 2002).

Os empreendimentos turísticos desenvolvidos na Europa, por exemplo, são tributários, diretos ou indiretos, da salvaguarda de seu patrimônio cultural e natural, outrora condenado a irremediável destruição do tempo e a supressão de registros da memória social. A *Conferência das Nações* realizada em Roma, em 1963, já apontava a importância da tessitura política e de investimentos no campo do turismo cultural,

histórico e natural das nações, recomendando que isso se fizesse por meio do reconhecimento do valor cultural desses bens e da adoção de medidas dirigidas a assegurar a conservação e a proteção desse patrimônio. Desde longa data, a Secretaria Geral da Unesco vem solicitando estudos acerca da viabilidade de se promover organizações oficiais de turismo capazes de fomentar políticas de intervenção que garantam a sustentabilidade econômica (Arantes, 1999).

A despeito dessa questão, e voltando à problemática do trato da arquitetura como fonte para pesquisa histórica, deve-se reconhecer que o estudo de alguns de seus exemplares permite esclarecer diversos aspectos da dinâmica social e do cotidiano da população que a ocupa. Tal observância pode oferecer pistas sobre referenciais culturais, modos de viver dos segmentos sociais que incluem formas de organização das atividades domésticas, embates travados no âmbito dessas habitações e a hierarquização das relações familiares. Em *Sobrados e mucambos*, por exemplo, Gilberto Freyre analisa a emergência de um modo de vida eminentemente moderno em algumas cidades brasileiras no século XIX (como Rio de Janeiro, Salvador e Recife), acompanhando o desenvolvimento urbano com antíteses culturais, presentes em todas as fases do processo de formação da sociedade. Ao evidenciar os limites das sociabilidades patriarcais rurais, pontua as complexas relações entre a casa grande e a senzala, aspectos da escravidão negra no Brasil. Na sua linha de argumentação, o sobrado parece conservar as funções da casa grande que, por sua vez, teria se transformado numa espécie de lugar de recriação das famílias que passaram a viver na urbe.²

² No entendimento de Gilberto Freyre, a organização das famílias e as relações pessoais rurais teriam sido adaptadas ao ambiente urbano. Mas, ainda assim, o impacto do processo de urbanização sobre a população negra e cativa, acostumada à “tolerância” da casa grande, onde habitavam enredadas pela “proteção” dos seus senhores, acirraria os efeitos da mercantilização (Freyre, 2000).

A arquitetura brasileira do século XIX acompanhava as muitas transformações que vinham se operando nessa sociedade. A estética e a funcionalidade das construções constituem códigos visuais de desejos, prioridades e contradições sociais do seu tempo. Nesse sentido, as formas de organização do espaço inerentes às concepções arquitetônicas podem ser tomadas como representações do contexto socioeconômico e cultural em que emergiram.³ Nesse ponto, cabe reconhecer que a prosperidade proporcionada pela economia cafeeira no Brasil permitiu a construção de numerosas edificações no sudeste do país. Mas, seria um equívoco rastrear referenciais estéticos homogêneos na expressão arquitetônica brasileira nesse século.

A predominância do ecletismo estilístico, desenvolvido com base em transformações das tradições construtivas coloniais inspiradas no barroco pombalino e da superação de elementos considerados arcaicos (como os muxarabis), firma-se como tendência, especialmente após 1827, quando teve início o curso de arquitetura organizado por Auguste Henri Victor Grandejean de Montigny (1776-1850), na Academia de Belas-Artes. O arquiteto francês, integrante da Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro (1816) e responsável pela elaboração de vários projetos de edificação urbana no Brasil, introduziu na Colônia o gosto pelo neoclássico⁴ (Graamn, 1997).

Até então, as construções urbanas adequavam-se aos materiais disponíveis na região onde seriam implantadas as casas e moldavam-se às

³ A apreensão da arquitetura como representação pressupõe esforços no sentido da compreensão dos fatores físicos inerentes a esse tipo de produção, que inclui as atribuições funcionais das edificações, técnicas e materiais utilizadas nas obras, dificuldades de implantação dos projetos, entre outros aspectos físicos.

⁴ Um dos seus alunos, José Maria Jacinto Rebelo, projetou o Solar dos Marquês de Itamarati, que serviu posteriormente de sede ao Ministério das Relações Exteriores, com o nome de Palácio do Itamarati, durante o período em que a cidade do Rio de Janeiro foi a capital do país (Taunay, 1983).

condições físicas do terreno. As paredes eram erguidas em taipa⁵ ou alvenaria de pedras brutas (assentadas com argamassa de saibro e óleo de baleia), revestidas e caiadas. Em geral, apresentavam telhados com duas águas e beirais com cimalthas trabalhadas. As edificações térreas ou assobradadas não tinham instalações hidráulicas, alinhavam-se uma ao lado da outra incorporando cômodos sem iluminação e adequada ventilação.

A taipa continuou sendo adotada como o sistema construtivo predominante na arquitetura brasileira nas décadas finais do século XVIII e início do século XIX. Mas, não apresentava traçados arrojados em virtude de restrições impostas pelos esparsos recursos naturais e financeiros disponíveis na região e pelas limitações da própria taipa como técnica. A maior parte das edificações levantadas na Colônia apresentava fachadas cujos referenciais estéticos se inspiravam em modelos usuais no continente europeu, sendo freqüente a utilização de elementos plásticos de origem francesa, espanhola ou lusitana. Posteriormente, outros padrões de arquitetura passaram a se manifestar, especialmente, os de inspiração neoclássica. Se o neoclassicismo emergente na Europa e na América do Norte, em meados do século XVIII, expressou a preocupação funcionalista e pautou-se por soluções construtivas que visavam certa independência dos elementos e a geometrização, no Brasil do século XIX, essa tendência fundiu-se com a tradição colonial, caracterizando-se pelo uso de platibandas capazes de esconder os telhados, portas e janelas com vergas em arco pleno e, em muitos casos, frontões triangulares no eixo central das fachadas (Segawa, 2002).

Embora o neoclássico manifestado no continente europeu prenunciasse a ascensão de uma burguesia que ansiava por direitos e privilégios políticos, no Brasil acabou sendo tomado como estilo do Império, uma

⁵ Taipa foi um dos sistemas utilizados nas construções coloniais, uma vez que a região oferecia poucos recursos naturais e financeiros para a construção em pedra. Além disso, o uso de tijolos de barro não era uma técnica muito disseminada na Colônia, até então (Albernaz, 2000, p. 588).

vez que expressava a grandiosidade e o poder que interessava ao governo conservador, escravista e ancorado num modelo agro-exportador. Um olhar atento ao traçado dessas antigas moradias urbanas permite visualizar alguns dos partidos arquitetônicos típicos da segunda metade do século XIX, quando abunda no Brasil a construção de casas térreas marcadas pelos contornos estéticos das edificações do Renascimento italiano – uma tendência predominante no continente europeu, entre as duas últimas décadas do século XVIII e nas três primeiras do XIX, cujos princípios se apoiavam na reprodução de fachadas de templos greco-romanos (Sousa, 1994).

É possível afirmar que a adoção do estilo neoclássico trazido pela Missão Francesa ficou de início muito restrito às cidades litorâneas da Colônia, principalmente ao Rio de Janeiro. São Paulo, por exemplo, manteve-se alijado das novidades arquitetônicas praticamente até meados de 1850. A prosperidade advinda da economia cafeeira impulsionou o crescimento na região do Vale do Paraíba e possibilitou a instalação da estrada de ferro pelos ingleses (1867). A chegada das ferrovias Sorocabana e Central do Brasil, transformou São Paulo em rota obrigatória do café, fazendo Santos crescer e tornar-se porta de entrada de muitas novidades.⁶

A riqueza decorrente da economia cafeeira, somada ao contato mais intenso com os hábitos dos membros da corte portuguesa, propiciou o desenvolvimento de padrões construtivos mais requintados, capazes de forjar novas sociabilidades entre os segmentos dominantes. O desejo de

⁶ O acesso a novidades como o vidro plano propiciou maior aproveitamento da luz solar e o conseqüente prolongamento das tarefas diárias, atividades até então condicionadas aos ditames da natureza. Como assinala Carlos Lemos (1996, p. 18): “acordava-se com o sol e dormia-se quando ele se punha. Nada mais se fazia depois das seis horas da tarde, (...) a não ser rezar”. Uma simples precipitação atmosférica no meio do dia ou um vento forte eram suficientes para que a moradia ficasse às escuras, pois as janelas apresentavam um tipo de vedação feita de tábuas de madeira, chamados *escuros*, enquanto toda iluminação se fazia por meio das velas dos candeeiros.

alcançar reconhecimento social e prestígio político, almejados pelos proprietários do chamado *ouro verde*, não se limitava mais à grandiosidade ostentada pelos seus suntuosos casarões. As viagens ao continente europeu tornavam-se mais freqüentes, concorrendo para o aprimoramento dos partidos arquitetônicos e o desenvolvimento do gosto por objetos de arte, mobílias e outros utensílios decorativos que iriam alterar significativamente os interiores desses imóveis (Reis, 1970, p. 37).

O crescimento econômico aliado à proliferação dos modismos franceses, a instalação de lojas, hotéis, restaurantes e das primeiras confeitarias alteraram paulatinamente a dinâmica da vida urbana. Aos poucos, a tímida arquitetura colonial erguida sobre paredes de taipa e sob telhados de duas águas foi substituída por uma variedade de soluções que compunham as fachadas dos palacetes de tijolos, sem beirais, de porões ventilados, decorados com relevos, projetados por arquitetos e engenheiros europeus (Fabris, 1987).

Por certo, as primeiras edificações neoclássicas, construídas entre 1850 e 60, receberam preponderante influência da presença da Corte no Rio de Janeiro, como também da produção carioca, oriunda das primeiras gerações de arquitetos formados pela Academia de Belas-Artes. O sobrado de três pavimentos, de Domingos Paiva Azevedo, erguido entre 1852 e 1854, em São Paulo, apresentava várias inovações, como a presença de cunhais salientes, pilastras de canto, canelados. Por volta de 1876, a edificação de sobrados com tendências neoclássicas tornou-se comum no centro paulistano, especialmente na atual rua 15 de Novembro. Esses sobrados apresentavam composições sofisticadas, como plati-bandas decoradas com peças de cerâmicas e fachadas revestidas de azulejos (Sousa, 1994).

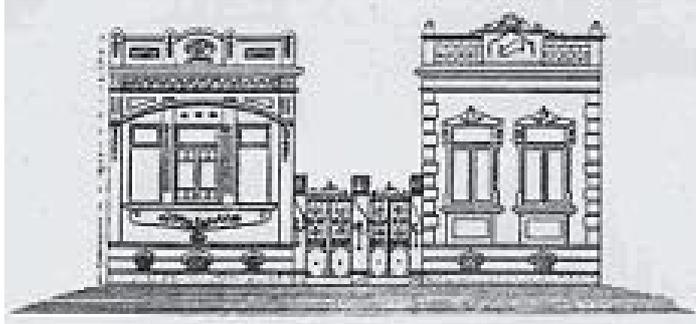
Deve-se reconhecer que o neoclassicismo constituiu uma preocupação erudita na produção arquitetônica da cidade, em sua maior parte articulada às iniciativas oficiais, pois a adoção desse estilo pressupunha a necessidade de vastos terrenos em áreas livres, de modo que garantisse

composições com volumes definidos e visíveis em todas as suas faces. Além da grandiosidade da obra, a especulação imobiliária advinda da valorização das áreas urbanas circundantes às estradas de ferro, encareceu o preço dos projetos. A rigor, os primeiros projetos neoclássicos surgiram na Colônia após 1880, época em que a monumentalidade arquitetônica européia inspirava os profissionais da área.⁷

Palacetes suntuosos com características neoclássicas, como a residência de Elias Chaves, começavam a surgir na cidade de São Paulo. Esse projeto assinado por Matheus Haüssler (1896) é atualmente conhecido como Palácio dos Campos Elíseos. No entanto, o crescimento da cidade impulsionou a construção de residências destinadas à classe média, para aluguel. Esse tipo de empreendimento tornou-se cada vez mais rentável, provocando o surgimento de bairros como Liberdade, Santa Ifigênia, Bela Vista, Campos Elíseos, Luz, Brás e outros. Essas áreas da cidade apresentavam uma uniformidade estilística contida por gabaritos pré-estipulados: casas de porão alto, com bossagens de argamassa até a altura do soalho, feitas no alinhamento, com entradas laterais descobertas, providas de portões de ferro que garantiam a presença de corredor provido de iluminação e ventilação (Lemos, 1985, pp. 78-79).

A algumas dessas casas eram acrescentadas platibandas trabalhadas de formas variadas, com acabamentos detalhados por leões, cães, vasos, ânforas ou taças, geralmente confeccionados em cimento moldado, porcelana portuguesa ou cerâmica (européia ou nacional). Versões assobradadas desse tipo de construção formavam pujantes conjuntos, abrindo, posteriormente, espaço para construção de edifícios mistos que se destinavam a residência no pavimento superior e a atividades comerciais no térreo.

⁷ Em 1886, Ramos de Azevedo foi o responsável pelo projeto dos primeiros edifícios destinados à administração pública em São Paulo: as Secretarias da Fazenda e Agricultura, cuja arquitetura expressou tendências romanas e florentinas. Até então, as repartições do governo instalavam-se em prédios particulares adaptados (Lemos, 1985, p. 108).



Casas de aluguel à Rua Tabatinguera, do arquivo de Ramos de Azevedo.
Fonte: Lemos (1985, p. 79)

Na cidade de Santos, por exemplo, o abastado comerciante português Sr. Manoel Joaquim Ferreira Netto ergueu na Rua do Comércio (nas proximidades da estação de trem da cidade) um suntuoso sobrado. A edificação levantada no início do século XX é um exemplar típico desse tipo de solução arquitetônica praticada desde as décadas finais do século anterior.



Foto: Poliantéia Santista, 1986/1996,
Editora Caudex, São Vicente (SP)

A obra reservava a instalação de uma área residencial no pavimento superior, enquanto no térreo projetava-se um espaço dedicado ao comércio. Observam-se, na composição dessa edificação, elementos característicos do estilo neoclássico: fachada simétrica, um frontão triangular, vergas em arco pleno e umbrais em pedra lavrada. Azulejos coloridos e esmaltados se destacam como adornos que revestem as paredes.



Solar da Marquesa na vila de São Paulo de Piratininga.
Fonte: www.prodiam.sp.gov.br

O Solar da Marquesa é outro imóvel com fachada de inspiração neoclássica, embora originalmente a construção date dos anos finais do século XVIII, elementos neoclássicos lhe foram atribuídos à fachada na reforma realizada na segunda metade do século XIX. Trata-se do único remanescente da arquitetura urbana em taipa de pilão da capital paulista. Adquirido pela senhora D. Maria Domitila de Castro Canto e Mello, a Marquesa de Santos, em 1834, o casario passou por numerosas mudanças de uso e diversas reformas, que chegaram a alterar as suas dimensões originais nos anos quarenta do século XX.

É certo que em meados do século XIX já se difundia no Brasil os ideais de civilidade e a busca da modernidade citadina que seria acalentada pelo contato com revistas especializadas em arquitetura que circulavam no país. Paris era tomada como signo do moderno e as reformas promovidas por Haussmann inspiravam profissionais e políticos das metrópoles latino-americanas (Pesavento, 2002). A fisionomia das cidades passava por transformações. O incremento da vida cultural propiciava o acesso a um número maior de livros e o convívio dos colonos com intelectuais, cientistas e viajantes europeus. Os interiores das residências, anteriormente adornados com um número restrito de móveis confeccionados na própria Colônia, seriam incrementados pela aquisição de mobílias e objetos decorativos europeus (Reale, 1975, p. 108). Alterações realizadas nos projetos arquitetônicos, particularmente, no âmbito dos conjuntos residenciais, não se circunscreviam à introdução de elementos clássicos nas fachadas dos edifícios. O espaço interno das moradias bra-

sileiras passava por modificações, principalmente, no que tange à descaracterização funcional de alguns ambientes da casa – aspecto, por sua vez, também vinculado ao processo de adaptação do europeu ao clima, aos costumes e às formas de organização do trabalho na Colônia.

A área reservada à preparação de alimentos pode ser tomada como um indicativo das alterações acima referidas. Na Europa, essa área era disposta no centro das habitações, figurando como um dos cômodos de maior interesse na residência, pois garantia a irradiação de calor aos demais ambientes. No Brasil, no entanto, a centralização da cozinha não se mostrava adequada em virtude das condições climáticas, sendo deslocada para fora do corpo da casa. Além disso, acabou se transformando num espaço estigmatizado, em função da larga utilização de mão-de-obra escrava nas atividades domésticas. Por outro lado, a separação da cozinha do restante da casa evidencia similitudes com o costume indígena de cozer fora da oca, sobre algumas pedras no chão. Mas, a extinção do trabalho escravo provou modificações na concepção funcional das cozinhas tendo em vista driblar a custosa manutenção de empregados domésticos e atender às necessidades advindas da utilização do trabalho imigrante branco (Lemos, 1996, p. 18).

Em meados do século XIX, parte significativa das construções residenciais da Colônia ainda era térrea e as cozinhas continuavam sendo mantidas longe do corpo principal da casa.⁸ A segregação da cozinha era oportuna nos trópicos, pois, além de evitar o aquecimento das residências, mantinha-se a proximidade dos quintais, locais fundamentais para o desenrolar dos diversos estágios de preparação dos alimentos e para concentração de outros serviços domésticos, tais como: o trato e a lavagem

⁸ No caso dos sobrados, a cozinha era disposta no último pavimento, mesmo quando o edifício apresentasse dois andares (no Sul e Sudeste) ou atingisse três ou quatro pavimentos (Nordeste). O objetivo dessa disposição da cozinha visava evitar que os odores dos cozimentos se disseminassem nos demais pavimentos do edifício (Reale, 1975, p. 104).

de roupas, a limpeza dos animais abatidos, entre outros. Na extensão dessas áreas instalavam-se os pomares, as hortas e os galinheiros que proviam os habitantes da casa. Os pátios também se destinavam às atividades femininas, onde as mulheres podiam se refrescar, tecer e observar as brincadeiras infantis, em especial, das meninas (Veríssimo, 1999, p. 109).

Apesar do processo de modernização urbano, a sala de viver, um cômodo bastante comum no dia-a-dia da casa grande, foi preservada. Conhecida na região de São Paulo como varanda, essa área transformou-se posteriormente em copa ou sala de jantar. Nesses cômodos permitia-se maior descontração e o serviço de refeições rápidas (Veríssimo, 1999, p. 117). A entrada efusiva de luz natural, mediante a incorporação de vidros simples ou coloridos nas bandeiras das portas e janelas⁹ e a utilização de lampiões de mecha circular – uma novidade advinda da Revolução Industrial, garantiam o aumento do período útil do dia, seja prolongando as jornadas de trabalho, seja criando momentos de recreação antes impossíveis, como a realização de jogos ou de trabalhos manuais à noite, a reunião da família após o jantar para prostrar ou tocar piano.

A difusão do convívio em sociedade lentamente impulsionou mudanças no comportamento das elites, perceptíveis também na organização espacial das suas residências. As salas, anteriormente de exclusivo uso familiar, começavam a receber visitantes. O hábito de receber suscitou o interesse pelas áreas sociais das residências e a ampliação do número de cômodos destinados à recepção. Salas com as mais diversas funções foram

⁹ O vidro iria substituir as urupemas e as gelosias, nome dado a um painel treliçado de madeira, usado até início do século XIX, para vedar os vãos das janelas, após esse período foi proibida pela legislação para construção por ser elemento remanescente de arquitetura ultrapassada. A urupema é uma esteira de fibras vegetais usada para vedar os vãos das portas e janelas, ou de balcões, permitindo a entrada de ventilação e protegendo contra o sol (Albernaz, 2000, pp. 289 e 645).

anexadas ao corpo da casa, surgiram salas de jogos, música e jantar, além de salões principais, destinados a jantares, festas, saraus e bailes.¹⁰

A vida familiar passou a coadunar-se à vida social. As elites paulistas enriquecidas com as rendas provenientes da cultura do café tenderam a desvalorizar os costumes locais e a adotar padrões culturais europeus, buscando adquirir artefatos decorativos e materiais de construção importados, contratando arquitetos, mestre-de-obras e pedreiros oriundos da Europa e dos Estados Unidos. Assim, deu-se o processo de europeização do patrimônio cultural e arquitetônico da região de São Paulo e se promoveu maior independência dos padrões construtivos em relação às restrições de natureza econômica e às necessidades de adaptação sócio-ambiental.

Em meados do século, a arquitetura urbana passou a apresentar a incorporação de novas técnicas e estruturas metálicas. A casa grande monumental, porém geometricamente simples e com escassos adornos, deu lugar a palacetes de influência notadamente européia, inspirados no estilo neoclássico e eclético¹¹ (Lemos, 1996, p. 51). Nas fachadas, a prumada de pilastras sobre a platibanda e a adoção de soluções mais complexas na cobertura (telhados com quatro águas) – figuras de louça do Porto e de vasos –, revelavam o resultado plástico das adaptações coloniais aos modismos estéticos (Reis, 1970 p. 38).

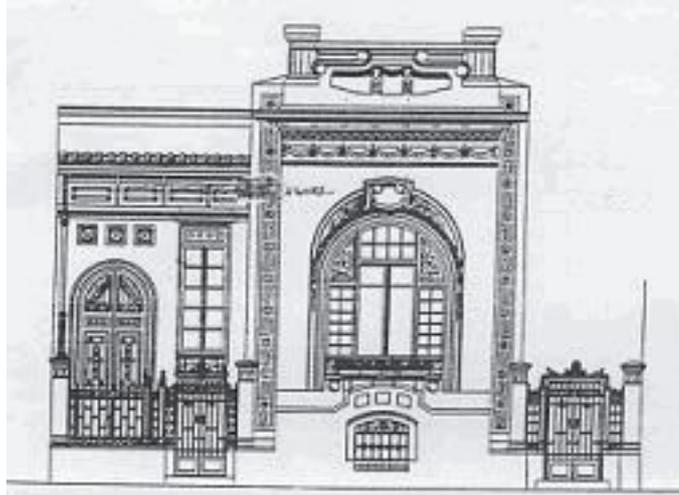
¹⁰ As mulheres que até então raramente eram vistas pelos visitantes, mesmo que esses se hospedassem por vários dias na residência, começavam a participar de eventos festivos. Pianos não raro seriam transportados em carros de boi para as fazendas e se tornariam instrumentos requisitados pelas filhas dos barões e condes do café.

¹¹ Ecletismo é o termo utilizado para denominar o movimento arquitetônico em voga na Europa a partir do final do século XVIII até o início do XX, e que predomina no Brasil a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas do XX, em virtude do intenso intercâmbio de idéias, mão-de-obra, materiais e produtos industrializados que se dá neste período (Albernaz, 2000, p. 208). Trata-se de um estilo revivalista que reúne diversas manifestações arquitetônicas numa mesma obra, e cujo efeito prima pelo aspecto decorativo.

A valorização do conforto sugeria alterações importantes no interior das residências e implicava preocupações com privacidade e higiene. A associação entre objetos e móveis importados parecia associada à sofisticação do gosto das famílias mais abastadas que viam a distinção do *design* e das obras de arte como signos de opulência e cultura. No último quartel da segunda metade do século XIX, a emergência de casas com porão alto – modelo considerado pelos especialistas como uma fase intermediária entre a construção dos sobrados coloniais e as casas térreas – foram muito comuns entre as edificações construídas em São Paulo e no Rio de Janeiro¹².

Essa fórmula adotada principalmente nas áreas mais urbanizadas favorecia a diminuição das distâncias entre a rua e a entrada da casa, tornando-se usual também nas chácaras onde jardins circundavam as edificações. Nesse tipo de construção, o primeiro pavimento era destinado aos ambientes mais valorizados socialmente, enquanto os porões, via de regra, abrigavam a cozinha e demais áreas de serviço. A comida era transportada por meio de monta-carga ou através de uma estreita escadaria que levava a uma pequena sala denominada de *service*. Os inconvenientes desse tipo de solução não tardariam a colocá-la em desuso. A residência paulistana da família Marchesini é um exemplar dessa conformação.

¹² Em Parati (RJ), não raro, essas construções foram transformadas em pousadas para turistas ou casas de veraneio. Tais construções guardavam traços da organização da família patriarcal, procurando resguardar as áreas internas da residência das vistas dos transeuntes. Esses porões eram privados de iluminação e ventilação adequada, possibilitada somente através de pequenas aberturas denominadas “óculos”, vedados com gradis de ferro.



Fachada da residência da Sra. Margherita Marchesini.
Fonte: Lemos, 1985, p. 98

Mas, se o uso dos porões como cozinha não parecia adequado, sua desaprovação agravava-se quando os mesmos serviam para acomodar os quartos destinados às empregadas brancas, contratadas para gerenciarem os serviços domésticos e atuarem como preceptoras dos filhos da elite.¹³ A rigor, o Código de 1911, do Serviço Sanitário, orientado pelas advertências dos sanitaristas reunidos no I Congresso Internacional de Higiene da Habitação, realizado em Paris, no ano de 1904, preconizava os benefícios da osculação solar nas construções, exigia o *afastamento da umidade emanada do solo* e alertava quanto à necessidade da prevenção contra *os ventos úmidos* (Lemos, 1985, pp. 83-84). Desse modo, o referido código propugnava que as habitações urbanas sofressem uma insolação mínima de três a quatro horas diárias. Por certo, o viver urbano e moder-

¹³ Função idêntica foi atribuída aos sótãos das mansardas das casas ecléticas, especialmente, quando a abolição do trabalho escravo implicou a contratação de maior número de empregados brancos, em sua maioria, imigrantes europeus, considerados capazes de prestar serviços com maior refinamento.

no assentava-se na higienização e na claridade, manifestada na imagem alva das fachadas caiadas e recobertas de sol. Essas características garantiriam a profilaxia aos agentes bactericidas que proliferavam nos ambientes insalubres e úmidos.

Sem dúvida, as sociabilidades deflagradas mediante o contato das elites coloniais com os cortesãos portugueses, e outros segmentos europeus mais intelectualizados, impulsionaram modificações substanciais nos programas de necessidade dos projetos residenciais brasileiros. A retomada de valores e hábitos europeus (somada à abertura da casa aos visitantes) concorreu para a alteração das concepções de espaço e funcionalidade das residências urbanas, estimulando a valorização das áreas sociais da casa, maior conforto e aprimorada decoração de interiores. Contudo, uma observação mais detida nas áreas da casa destinadas aos serviços domésticos, especialmente a cozinha, evidencia significativas alterações no programa arquitetônico no século XIX, denunciando a adequação do projeto construtivo às singularidades climáticas das diferentes províncias, à política segregacionista e escravocrata empreendida na Colônia.

A alvorada do século XX marcou uma outra abordagem do espaço citadino. Especialmente, nas décadas de 1920 e 1930, ver-se-ia o desenvolvimento das cidades envolvidas no circuito da economia do café e da industrialização, bem como o surgimento de outros centros urbanos. A concepção dos espaços destinados às moradias sofreu alterações, bairros novos foram projetados, inclusive, vilas inteiras foram criadas para abrigar as habitações operárias. Nesse âmbito, ganhou maior ímpeto o higienismo, ações sanitaristas e as reformas do espaço citadino que inviabilizaram as habitações coletivas do operariado e tentaram esquadrihar o viver nos cortiços (Bresciani, 1984/85). Os antigos ambientes informais de lazer, como os populares campos de futebol de várzea, foram perdidos, enquanto parques e praças tornaram-se espaços freqüentados por pessoas de diferentes classes sociais. Tais transformações marcaram a

chegada do estilo moderno, por meio do qual privilegiar-se-ia uma estética mais arrojada, a construção de passeios públicos, a adoção de inovações paisagísticas, a organização de locais destinados às práticas esportivas, lugares para brincar e jogar, engendrando campos de sociabilidade diferenciados, mas, talvez, não menos segregacionistas que os ambientes reservados ao lazer nas moradias mais abastadas do século XIX.

Referências Bibliográficas

ALBERNAZ, M.P. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo: Pró-Editores, 2000.

ARANTES, A.A. “Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: A conservação integrada do patrimônio ambiental urbano”. *Projeto História*, n. 18. São Paulo, 1999.

BRESCIANI, M.S. “Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano (As Cidades no Século XIX)”. *Revista Brasileira de História*, n. 8/9, vol. 5. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1984-85. pp. 36-40.

_____. “Cidades: Espaço e memória”. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. [anais do Congresso Internacional Patrimônio Histórico

e Cidadania]. São Paulo: Prefeitura do Município, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

CARVALHO, J.M. *Construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FABRIS, A. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

FENELÓN, D.R. “Políticas culturais e patrimônio histórico”. In: *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. [anais do Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania]. São Paulo: Prefeitura do Município, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- GRAAMN, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- LEMOS, C.A.C. *Alvenaria burguesa: Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.
- MATTOS, I.R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PESAVENTO, S.J. *O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- REALE, E. "Evolução da casa urbana brasileira". *Revista Di-gesto Econômico*, n. 246, ano XXXII, nov./dez, 1975.
- REIS, N.G.F. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- SEGAWA, H. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SOLAR DA MARQUESA. Site disponível em www.prodam.sp.gov.br/dph/museus/solar.htm. Acesso em novembro de 2003.
- SOUSA, A. *Arquitetura neoclássica brasileira: Um reexame*. São Paulo: Pini, 1994.
- TAUNAY, A. *A missão artística de 1816*. Brasília: Fundação Roberto Marinho/Ed. da UnB, 1983.
- VERÍSSIMO, F.S. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.